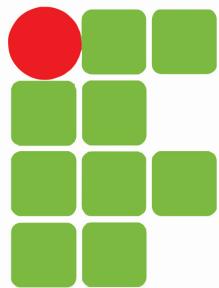


RCPG

RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL

1º TRIMESTRE | 2017
RMEC - Relatório Mensal
de Execução, Controle e
Transparência.



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA
Campus João Pessoa**

Tel 83 3612.1200 Av. Primeiro de Maio, 720.
Jaguaribe, João Pessoa PB- Cep: 58015-435

www.ifpb.edu.br/joao pessoa
Contabilidade.jpa@ifpb.edu.br

RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO, CONTROLE e TRANSPARÊNCIA

Sumário

Apresentação	1
Compreenda o ciclo da despesa pública.	3
As Ações Orçamentárias	5
Onde os recursos foram aplicados?	8
Gastos com assistência estudantil	13
Gastos com Capacitação de Servidores	15
Quais Unidades receberam os Recursos?	16
Necessidade de Recursos Financeiros	17
Bens Imóveis	19
Bens móveis	20
Material de Consumo	21
Contratos	23
Restos a pagar	24
Diárias	29
Conformidade Contábil	30
Declaração do Contador	32
Quem é Quem na Gestão do Campus	33
Informações de Contato	33
Base Legal	34

Apresentação

O Campus João Pessoa do IFPB

O Campus João Pessoa é o mais antigo do Instituto Federal da Paraíba. Atualmente, oferta 14 Cursos Superiores, 08 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, 06 Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, duas pós-graduações Lato sensu e uma Stricto sensu.

O campus oferece à comunidade acadêmica uma ampla estrutura composta por biblioteca, auditórios, parque poliesportivo com piscina, ginásios, campo de futebol e sala de musculação, restaurante, gabinete médico-odontológico, salas de aulas e laboratórios equipados.

O prédio foi construído nos anos 60 para sediar a Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB). Nos anos noventa, transformou-se em unidade sede do CEFET-PB e IFPB.

Hoje, é considerado referência em educação profissional na capital paraibana, oferecendo cursos de formação inicial e continuada e de extensão, além dos cursos regulares de ensino médio e técnico e cursos superiores.

Obs: Informação retirada do site do Campus João Pessoa/PB disponível em <http://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/institucional/sobre-o-campus>

O Relatório

O Campus João Pessoa do IFPB tem a maior representatividade orçamentária do órgão, no Estado da Paraíba e desde 2011, esse campus trabalha formas para fornecer mais transparência, eficiência e incentivar a participação da comunidade interna a acompanhar a gestão do orçamento e dos gastos ocorridos na unidade. Dentro desse processo, a partir de 2012 que o DCOF – Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças em conjunto com as Coordenações de Planejamento e de Contabilidade efetua ações pontuais que tem como maior desafio tentar aproximar as Demonstrações Contábeis à realidade da situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

Já em 2015, com a implantação de um "Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público" que teve como objetivo convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com as mudanças implementadas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, a contabilidade pública passou a seguir os padrões internacionais, onde, o objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, deixando de lado o padrão histórico, onde o foco era o orçamento público. Foi quando idealizamos o RMEC – Relatório Mensal de Execução e Controle, no início o relatório era de publicação mensal, e passou a publicações trimestrais. O RMEC tem como principais objetivos:

- a) Evidenciar para os gestores, para sociedade e demais usuários internos ou externos, a realidade contábil, patrimonial, orçamentária e financeira da Instituição, através de relatórios periódicos de transparência, auxiliando a boa governança e a gestão dos recursos públicos.
- b) Zelar pela aplicação efetiva dos Princípios Contábeis, do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e das demais legislações e normas que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no País.
- c) Assessorar a Gestão do Campus João Pessoa com informações sobre a realidade contábil, patrimonial, orçamentária e financeira, para facilitar a tomada de decisões

Consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBC TSP Estrutura Conceitual, os RCPG's – Relatórios Contábeis de Propósito Geral, são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPG's são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

Os RCPG's podem compreender múltiplos relatórios, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil. Os RCPG's abrangem as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas (doravante referido como demonstrações contábeis, a menos que especificado em contrário). Os RCPG's abrangem também a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Esta estrutura conceitual e as demais NBC's TSP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público quanto à elaboração e divulgação dos RCPG's. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias públicas e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

Compreenda o ciclo da despesa pública.

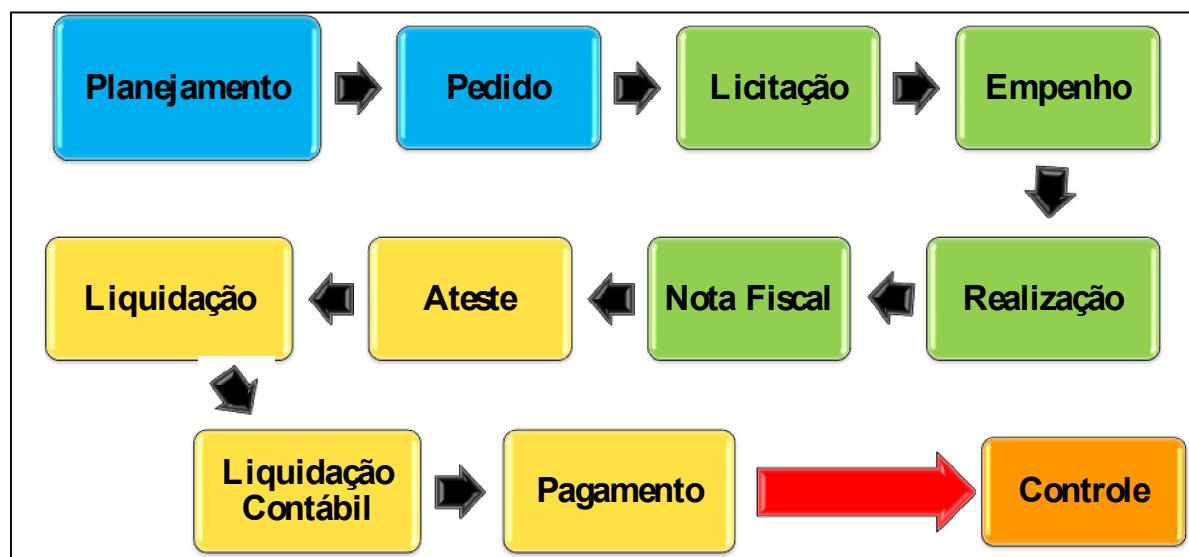
Trazemos abaixo, de forma gráfica e por tons de cores, o fluxo da despesa pública na instituição. Separamos por cores para facilitar o entendimento do leitor.

Azul: Fase Processual/ subjetiva – Pode variar de acordo com a instituição. Onde cada instituição é responsável por elaborar o seu respectivo planejamento interno e o fluxo processual dos pedidos de compras/serviços.

Verde: Fase Processual / legal – Essa fase existe em todas as instituições, por se tratar de um procedimento exigido pela legislação brasileira para se efetuar gastos públicos. De acordo com a instituição, pode haver variações no fluxo interno de cada subfase.

Amarelo: Fase Processual / legal – Essa fase existe em todas as instituições, por se tratar de um procedimento exigido pela legislação brasileira para se efetuar gastos públicos. Requer mais atenção por parte dos servidores que trabalham diretamente no processo e do ordenador de despesas.

Laranja: Fase Processual / Legal – Essa fase existe em todas as instituições, por se tratar de um procedimento exigido pela legislação brasileira para se efetuar gastos públicos. A fase de controle está presente em todo o fluxo processual, podendo ocorrer no início do processo, durante ou ao final, como é mais comum.



Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques.

Compreenda algumas definições importantes

Apresentamos aqui, de forma breve e resumida alguns conceitos necessários que irão contribuir na compreensão do relatório.

Créditos Orçamentários: É o valor consignado na Lei Orçamentária que autoriza a administração efetuar determinadas despesas.

Provisão recebida: Valores referentes aos créditos orçamentários, autorizados por Lei e recebidos pela unidade gestora até o momento.

Provisão Concedida: Valores referentes aos créditos orçamentários, autorizados por Lei e recebidos pela unidade gestora e repassado a outra unidade gestora.

Crédito disponível: Representam os valores dos créditos orçamentários que ainda não foram alocados/comprometidos.

Despesas Pré-empenhadas: É o registro do crédito orçamentário pré-compromissado, para atender objetivo específico, nos casos em que a despesa ainda será realizada.

Despesas empenhadas: Valores dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, do total que foi recebido através de provisão.

Despesas empenhadas a liquidar: Valores dos créditos orçamentários comprometidos (empenhados) no exercício, mas que ainda não foram pagos porque o fornecedor não entregou o material/serviço.

Despesas liquidadas a pagar: Representa o valor dos créditos orçamentários que estão aguardando a chegada de recursos financeiros para pagamento de fornecedores de bens ou serviços.

Despesas Pagas: Valores efetivamente pagos no exercício, excluindo-se desse valor, o montante referente aos Restos a Pagar.

Restos a pagar não Processados Inscritos: Valor dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, porém refere-se à despesa do exercício do ano anterior, mas que ainda não foram pagos porque o fornecedor não entregou o material/serviço ou o mesmo está em processo de conferência / ateste.

Restos a pagar não processados reinscritos: Valores dos créditos orçamentários que estão comprometidos (empenhados) até o momento, porém refere-se à despesa do exercício de anos anteriores a 2015, mas que ainda não foram pagas porque o fornecedor não entregou o material/serviço ou o mesmo está em processo de conferência / ateste.

As Ações Orçamentárias

Ações Orçamentárias

As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros. As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

As ações são específicas, não sendo permitido o remanejamento de recursos entre elas. Dessa forma, os recursos recebidos em determinada ação de governo, caso não sejam aplicados na totalidade, serão devolvidos antes do fim do exercício. Da mesma forma, se uma ação for mal dimensionada e faltar recursos no decorrer do exercício, não será possível a utilização de recurso de outra ação.

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Descrição: Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional

Descrição: Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e o bom desempenho do estudante.

Ação 4572 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional

Descrição: Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Proporcionar aos docentes e profissionais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Gestores, Técnico-Administrativo, etc.), oportunidade de capacitação, visando à melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional implementada diretamente pela unidade responsável pelo desenvolvimento da ação.

Segundo a Coordenação de Orçamento, o IFPB Campus João Pessoa deveria receber o crédito orçamentário após a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA, e descentralizado pelo MEC – Ministério da Educação o valor de R\$ 23.160.771,00 dividido nas seguintes ações.

Ação 0487 – Concessão de Bolsas de Estudos no País

Concessão de bolsas de estudo no país, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados, fomento para a realização de pesquisas e de estudos acadêmicos necessários à formação de alunos e ao aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no país, priorizando a formação de recursos humanos de alto nível em áreas consideradas prioritárias para o país. Concessão de bolsas, como ação indutora, em todos os níveis, para acelerar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos em regiões onde a pós-graduação é ainda incipiente, a exemplo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacional. Além disso, tem como objetivo apoiar a pesquisa científica de pós-doutores no contexto do Programa Nacional de Pós-doutorado por meio da implementação de projetos de desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente nas áreas consideradas prioritárias, resultando no aumento da competitividade das empresas de base tecnológica e de inovação e no aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do país e da competitividade internacional da pesquisa brasileira. Busca também promover o apoio necessário ao desenvolvimento e ao registro de patentes, estimulando a relação entre Universidades e Empresas.

Ação 20RW – Apoio à Formação Profissional e Tecnológica

Concessão de bolsas para a formação de estudantes e trabalhadores inscritos em cursos de educação profissional e tecnológica. A Bolsa-Formação Estudante será destinada ao estudante

regularmente matriculado no ensino médio público propedêutico, para cursos de formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. A Bolsa- Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Orçamento aprovado para 2017

Segundo a coordenação de orçamento, o IFPB Campus João Pessoa recebeu o crédito orçamentário após a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA e foi descentralizado pelo MEC – Ministério da Educação o valor de R\$17.317.207 dividido nas seguintes ações.

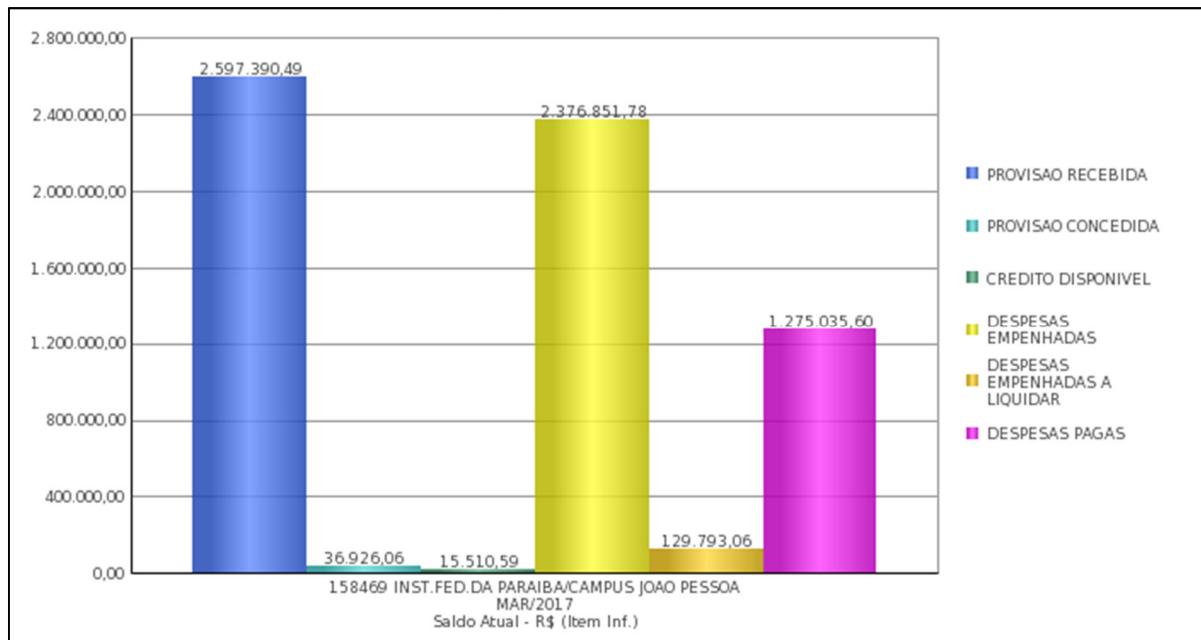
Código da Ação	Valor Aprovado para IFPB – Campus João Pessoa	% em relação ao Total
20RL	12.030.324	69%
4572	633.175	4%
2994	4.653.708	27%
Total	17.317.207	100%

Fonte: Sistema SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública.

Onde os recursos foram aplicados?

Ações

De forma consolidada, observam-se todas as ações executadas no campus João Pessoa do IFPB durante o exercício de 2017, desde o recebimento da provisão até as despesas pagas, observa-se inclusive que o total recebido difere do que foi previsto inicialmente, tanto as ações quanto os valores, confrontando-se com as ações e os valores aprovados na tabela acima, e conforme observa-se no gráfico e quadros a seguir:



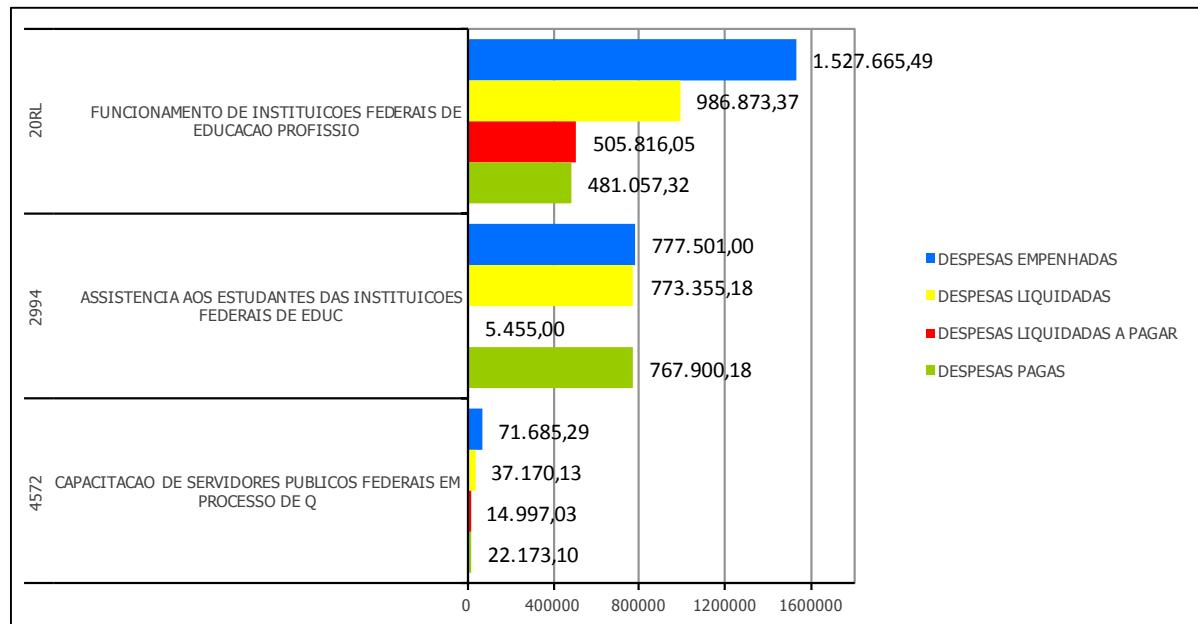
Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Detalhamento da despesa empenhada.

UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA
 Mês Lançamento: MAR/2017
 Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Ação Governo	PROVISAO RECEBIDA	PROVISAO CONCEDIDA	CREDITO DISPONIVEL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	DESPESAS PAGAS
20RL FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	1.714.103,49	10.928,00	15.510,00	1.527.665,49	540.792,12	481.057,32
2994 ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	777.501,00		0,00	777.501,00	4.145,82	767.900,18
4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	105.786,00	25.998,06	0,59	71.685,29	34.515,16	22.173,10
Total	2.597.390,49	36.926,06	15.510,59	2.376.851,78	579.453,10	1.271.130,60

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.



Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

O é um Plano Interno (PI)

O Plano Interno é um instrumento de planejamento, que permite o detalhamento pormenorizado de dotações orçamentárias para atender ao acompanhamento gerencial interno da execução orçamentária de uma programação. Por exemplo: Gastos com combustíveis; Auxílio Transporte, Auxílio moradia, ou quaisquer outro gasto que a administração queira monitorar.

Detalhamento da despesa empenhada por Plano Interno

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de ensino

Ação Governo: 20RL:FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
Mês Lançamento: MAR/2017
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
ABASTEC. E LUBRIFI. VEICULOS	16.020,00	-	
AQUIS. MAT. CONSUMO UND. ADMISTRATIVAS	2.226,89	-	
AQUIS. MAT. PERMANENTE UND. ADMINISTRATIVA	2.610,00		
AQUISICAO DE SOFTWARE	4.572,72	-	
BOLSA MESTRADO PARA ESTUDANTES	2.250,00	2.250,00	-
CONCESSAO DE DIARIAS PARA DOCENTES	5.061,94	4.526,45	-
CONCESSAO DE DIARIAS PARA TECNICO-ADM.	9.500,00	3.967,66	-
DESPESAS COM COLABORADOR EVENTUAL	2.800,00	2.306,90	-
DESPESAS COM OUTROS TIPOS DE SERVICOS	17.348,07	7.989,80	2.928,85
DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	8.000,00	8.000,00	-
DESPESAS OUTRAS NAT. INDENIZACOES	600,00	505,35	-
FORNECIMENTO AGUA E DESTIN. DE ESGOTO	147.300,00	28.452,92	81.450,42
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA	261.698,38	50.856,45	97.644,82
LOCACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO	7.990,00		7.990,00
LOCACAO MAO-DE-OBRA P. ATIVIDADES ADMINISTRAT	721.259,22	291.129,99	212.728,11
MANUT.E CONSERV. EQUIP. E MAT. PERMANENTE	4.235,00	847,00	-
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	49.652,32	16.990,85	25.980,19
MAT. DE CONSUMO MANUTENCAO VEICULOS	15.852,55		-
PAGAMENTO DE TAXAS ADM. AGENCIA VIAGEM	100,00		
RECOLHIMENTO DE OUTRAS NATUREZAS TRIBUTARIAS	8.411,33	3.942,17	4.198,67
RECOLHIMENTO DO INSS - PATRONAL	2.000,00	1.868,80	-
REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	20.000,00	3.888,05	2.104,71
RETRIBUICAO ENCARGOS CURSOS E CONC	100,00		
SERVICOS DE SUPORTE AO PNE	201.088,15	49.862,60	70.790,28
SERVICOS DE TELEFONIA	13.988,92	2.893,31	-
SERVICOS POSTAGEM DE CORRESPONDENCIAS	1.000,00	663,66	-
SERVICOS PUBLICACAO ATOS INSTITUCIONAIS	2.000,00	115,36	-
Total	1.527.665,49	481.057,32	505.816,05

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Alguns itens na tabela acima só aparecem na coluna empenhadas, isso significa que até o final do exercício esses itens ainda não haviam sido pagos. Os mesmos poderão ser inscritos em restos a pagar se atenderem os requisitos do decreto 93.872/86, caso contrário deverão ser anulados.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores

Ação Governo: 4572:CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q
 Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
 Mês Lançamento: MAR/2017
 UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

PI	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR
CONCESSAO DE AJUDA DE CUSTO PARA SERVIDORES	17.885,00	12.000,00	5.400,00
CONCESSAO DE DIARIAS CAPAC. TECNICO-ADM	6.000,00	4.299,09	-
CONCESSAO DE DIARIAS CAPACIT. DOCENTES	1.000,00	200,60	-
CONCESSAO DE PASSAGENS AEREAS PARA CAPACIT.	12.027,55	27,55	-
DESPESAS COM COLABORADOR EVENTUAL	624,58	624,58	-
DESPESAS COM INDENIZACOES E RESTIT	500,00		
DESPESAS CONVENIOS CAPACIT. SERV. DR	4.272,96	4.272,96	-
DESPESAS INSCRICOES EVENTOS TECNIC.	1.905,20		
SERVICOS P. EVENTOS CAPACITACAO	27.470,00	748,32	9.597,03
Total	71.685,29	22.173,10	14.997,03

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

O que é Natureza da Despesa

A despesa, assim como a receita, é classificada em duas Categorias Econômicas, com os seguintes códigos:

- 3. Despesas Correntes: Classifica-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- 4. Despesas de Capital: Classifica-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Temos ainda o Grupo da Natureza da Despesa (GND) que é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Nas ações executadas, no campus João Pessoa do IFPB, temos apenas os Grupos de natureza de despesa 3 - Outras Despesas Correntes e 4 – Investimentos.

Outras Despesas Correntes: Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Investimentos: Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente

Detalhamento da despesa empenhada por Natureza da Despesa

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Ensino

Mês Lançamento: MAR/2017
 Ação Governo: 20RL:FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO
 Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
339018 AUXILIO FINANCIERO A ESTUDANTES	2.250,00	-	2.250,00
339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	14.561,94	-	8.494,11
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.610,00	-	
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	600,00	-	505,35
339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	922.347,37	283.518,39	340.992,59
339030 MATERIAIS DE CONSUMO	23.029,44	-	6.000,00
339147 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.000,00	-	1.868,80
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	15.390,14	4.198,67	10.920,98
339139 OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	2.000,00	-	115,36
339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.135,00	-	3.153,90
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	535.741,60	218.098,99	106.756,23
Total	1.527.665,49	505.816,05	481.057,32

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Ação 2994 – Assistência ao Estudante

Mês Lançamento: MAR/2017
 Ação Governo: 2994:ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC
 Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
339018 AUXILIO FINANCIERO A ESTUDANTES	777.501,00	5.455,00	767.900,18
Total	777.501,00	5.455,00	767.900,18

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores

Mês Lançamento: MAR/2017
 Ação Governo: 4572:CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q
 Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

Natureza Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS
339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	624,58	-	624,58
339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	7.000,00	-	4.499,69
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	500,00	-	
339048 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	17.885,00	5.400,00	12.000,00
339139 OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	840,00	-	
339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	25.772,96	9.597,03	5.021,28
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.035,20	-	
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	12.027,55	-	27,55
Total	71.685,29	14.997,03	22.173,10

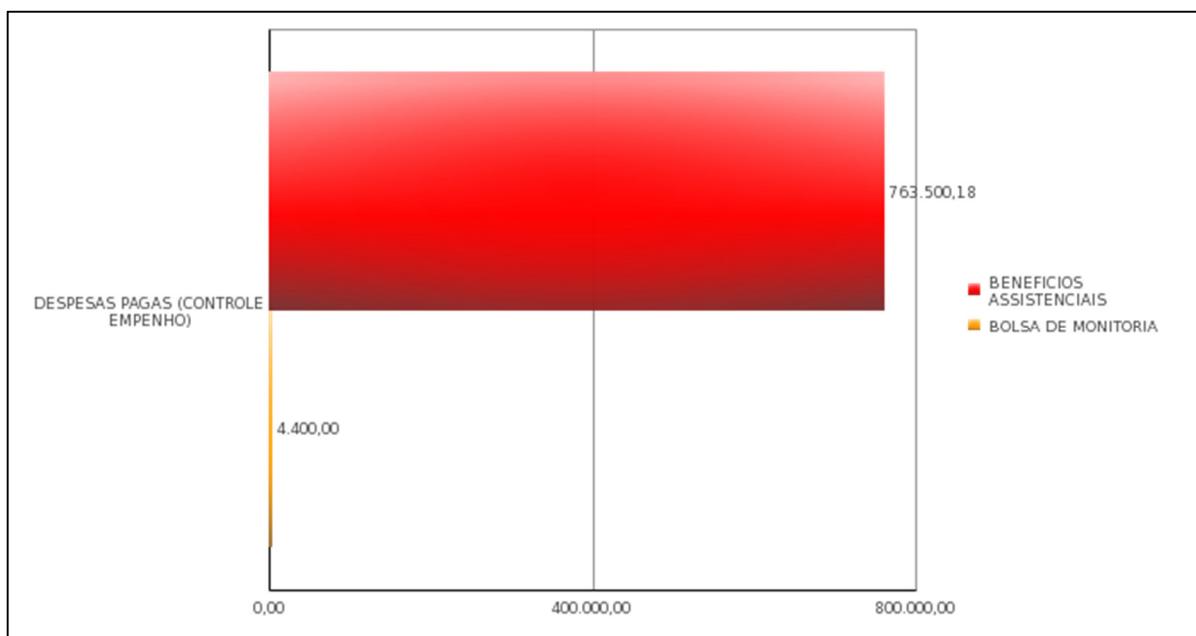
Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Alguns itens na tabela acima só aparecem na coluna empenhadas, isso significa que até o final do exercício esses itens ainda não haviam sido pagos. Os mesmos poderão ser inscritos em restos a pagar se atenderem os requisitos do decreto 93.872/86, caso contrário deverão ser anulados.

Gastos com assistência estudantil

Atualmente, um dos gastos mais relevantes da instituição são os gastos da Ação de Governo com a assistência ao estudante, que chegam à casa dos 27% do orçamento total anual da instituição. No Campus João Pessoa, a maioria desses auxílios são transferências de recursos financeiros diretamente ao aluno. Diante da representatividade do valor, não poderíamos deixar de acompanhar os resultados atingidos com a realização desses gastos e apresentaremos de forma gráfica, assim como também no quadro abaixo, como estão distribuídos os gastos efetivamente pagos, com a Ação de assistência estudantil no campus João Pessoa:

Valores pagos no exercício de 2017.



Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

TIPO DE AUXILIOS OFERTADOS EM 2017	VALORES PAGOS
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	763.500,18
BOLSA DE MONITORIA	4.400,00
Total	767.900,18

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Tipo de Auxílio	Quantidade de Auxílios Concedidos	Quantidade de Alunos Atendidos
Alimentação	4.510	4.803
Moradia	264	
Transporte	3.814	
Total	8.588	

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações da CAEST.

Mais de 8 mil auxílios concedidos.

Segundo a CAEST – Coordenação de Assistência Estudantil, o Campus João Pessoa do IFPB, no primeiro trimestre de 2017, concedeu 8.588 auxílios, beneficiando um total de 4.803 alunos.

Gastos com Capacitação de Servidores

Anualmente é fixado um valor para ser investido na capacitação continuada dos servidores. Esses valores são utilizados para pagamento de despesas com diárias para capacitação, inscrições em cursos, contratações de empresas para ministrar cursos para os servidores, dentre outros gastos possíveis. Abaixo é relacionado como os recursos foram aplicados.

Ação Governo: 4572:CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA
Mês Lançamento: MAR/2017
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

PI	PROVISAO RECEBIDA	CREDITO DISPONIVEL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	DESPESAS PAGAS
L4572P01ACN CONCESSAO DE AJUDA DE CUSTO PARA SERVIDORES	25.998,65	0,59			
L4572P01CEN DESPESAS COM COLABORADOR EVENTUAL	17.885,00	-	17.885,00	485,00	12.000,00
L4572P01CSN SERVICOS P. EVENTOS CAPACITACAO	624,58	-	624,58	-	624,58
L4572P01DDN CONCESSAO DE DIARIAS CAPACIT. DOCENTES	35.572,06	-	27.470,00	17.124,65	748,32
L4572P01DTN CONCESSAO DE DIARIAS CAPAC. TECNICO-ADM	1.000,00	-	1.000,00	799,40	200,60
L4572P01IRN DESPESAS COM INDENIZACOES E RESTIT	6.000,00	-	6.000,00	1.700,91	4.299,09
L4572P01ITN DESPESAS INSCRICOES EVENTOS TECNIC.	500,00	-	500,00	500,00	
L4572P01PAN CONCESSAO DE PASSAGENS AEREAS PARA CAPACIT.	1.905,20	-	1.905,20		
N4572U94CDN DESPESAS CONVENIOS CAPACIT. SERV. DR	12.027,55	-	12.027,55	12.000,00	27,55
Total	105.786,00	0,59	71.685,29	34.515,16	22.173,10

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Quais Unidades receberam os Recursos?

Dentro do contexto de democratizar o orçamento na instituição, criamos um acompanhamento por unidade, seja acadêmica ou administrativa. Dessa forma, é possível que a comunidade acompanhe, por exemplo, quanto foi investido em determinada unidade acadêmica.

Ação Governo: Total
Mês Lançamento: Total
Metrics: Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)

UG Responsável	PROVISAO RECEBIDA	PROVISAO CONCEDIDA	CREDITO DISPONIVEL	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
DEPARTAMENTO DE APOIO A ADMINISTRACAO	2.012.908,84		- 124.424,04	915.485,43	2.077.332,88	585.743,64
DAEST - DEPARTAMENTO DE APOIO AO ESTUDANTE	1.905.081,63		-	411.217,22	1.905.081,63	1.325.191,12
UGR IF PB - DIRÉTORIA DE ADM. E PLANEJAMENTO	507.239,39		-	51.159,89	187.239,39	55.844,82
SEM INFORMACAO	496.807,59	53.394,19	443.413,40			
PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM ENGEN. ELETTRICA	65.250,00		-	1.500,00	65.250,00	55.500,00
DEPTO. DE GESTAO E DESENV. DE PESSOAS.	58.002,08		624,58	13.597,03	31.970,84	1.249,16
COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	47.988,92		- 2.000,00	6.920,35	49.988,92	7.708,95
COPEX - COORD. DE EXTENSAO E PESQUISA	29.885,00		-	7.600,00	29.885,00	14.200,00
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	28.689,44		-	-	28.689,44	16.768,99
DIRECAO GERAL	14.220,30		-	2.928,85	14.220,30	813,75
UNID.ACADEMICA DE INFORMATICA- IFPB CAMPUS JP	12.000,00		-	8.000,00	12.000,00	4.000,00
DEPARTAMENTO DE ARTICULACAO PADAGOGICA	8.090,32		-	-	8.090,32	1.028,94
UNID.AADEM. DE FORMACAO GERAL-IFPB CAMPUS JP	4.235,00		-	-	4.235,00	847,00
EBSERH CONSULTORIA JURIDICA	-		-			
PROGRAMA: PONTAO DE CULTURA DO JONGO/CAXAMBU	-		-			
Total	5.190.398,51	53.394,19	317.613,94	1.418.408,77	4.413.983,72	2.068.896,37

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Necessidade de Recursos Financeiros

Despesas Liquidadas a Pagar

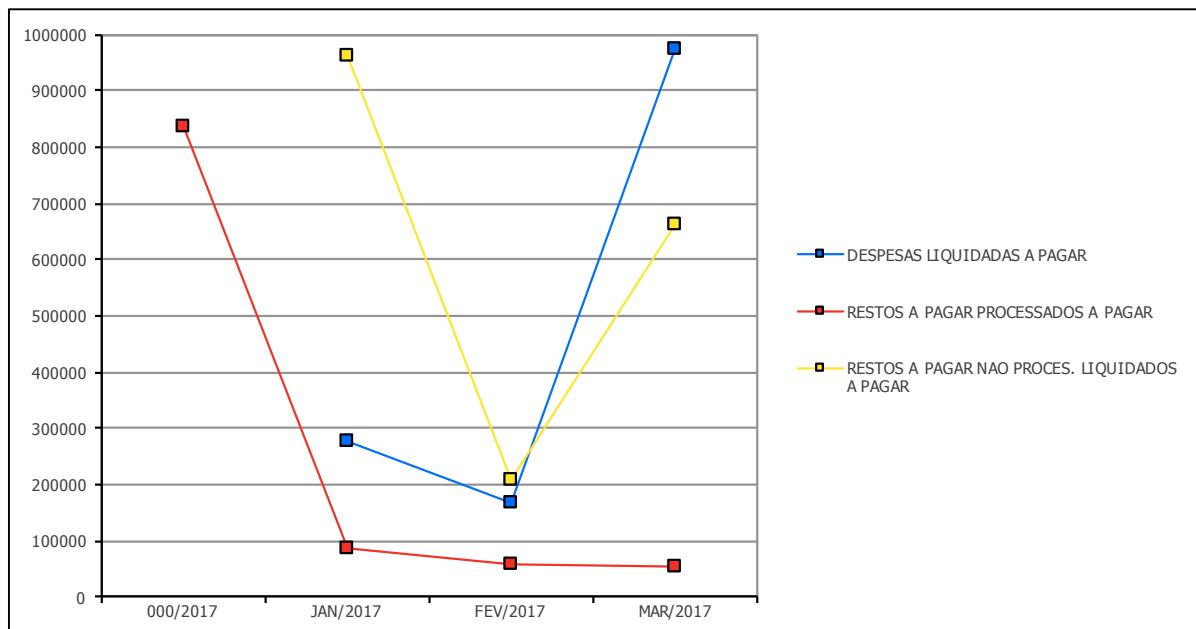
Apresenta uma relação de despesas do exercício e de restos a pagar, detalhadas por ação de governo, que estão aptas a pagamento (liquidadas) e não foram pagas por falta de repasse de recursos financeiros, representa o endividamento em curto prazo da instituição

Análise do Gráfico - Despesas liquidadas a pagar.

Linha Vermelha: Refere-se à dívida de curtíssimo prazo que a instituição possui, são valores liquidados no exercício anterior e que não foram pagos por falta de repasse financeiro. Ou seja, o fornecedor já entregou o material/ prestou o serviço e ainda não recebeu por isso.

Linha Amarela: Refere-se aos empenhos inscritos em restos a pagar, que independe da execução orçamentária e financeira do exercício, e com o passar dos meses é apresentado para pagamento. Esses valores interferem diretamente no fluxo de caixa da instituição, visto que não depende da vontade do gestor a apresentação para pagamento desses passivos financeiros.

Linha Azul: Refere-se à dívida do ano em curso, são os valores liquidados no exercício e não foram pagos por falta de repasse financeiro. Ou seja, o fornecedor já entregou o material/ prestou o serviço e ainda não recebeu por isso.



Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Mês Lançamento	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCES. LIQUIDADOS A PAGAR	Total
Abertura do Ano		835.616,84		835.616,84
JAN/2017	278.039,40	87.387,18	960.620,72	1.326.047,30
FEV/2017	168.011,25	56.386,21	206.514,12	430.911,58
MAR/2017	972.358,12	55.523,72	661.508,14	1.689.389,98

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

A instituição terminou o 1º trimestre de 2017 precisando de aproximadamente R\$1,7 milhões de reais para pagar os compromissos assumidos.

Bens Imóveis

Apresenta a relação das contas contábeis de controle, onde estão identificados os imóveis, de responsabilidade da instituição assim como as obras em andamento no Campus. Essa informação é relevante para o acompanhamento dos gastos com obras em andamento e com imóveis.

Ano Lançamento: 2017
Mês Lançamento: MAR/2017
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Conta Corrente	Saldo Anterior - R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$
= IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	123210107	2051000545002	53.121.549,22			53.121.549,22
		Total	53.121.549,22	0,00	0,00	53.121.549,22
= OBRAS EM ANDAMENTO	123210601	999	264.869,24			264.869,24
		IM0642009	1.294.751,75			1.294.751,75
		IMIFPB001	648.112,14	108.512,80	0,00	756.624,94
		IMIFPB003		88.811,86	0,00	88.811,86
		Total	2.207.733,13	197.324,66	0,00	2.405.057,79
= ESTUDOS E PROJETOS	123210605	999	605.366,36			605.366,36
		Total	605.366,36	0,00	0,00	605.366,36
= INSTALACOES	123210700	999	102.850,68			102.850,68
		IMIFPB051	65.851,50			65.851,50
		Total	168.702,18	0,00	0,00	168.702,18
* = DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	123810200	123210107	(207.646,96)			(207.646,96)
		Total	(207.646,96)	0,00	0,00	(207.646,96)
		Total	55.895.703,93	197.324,66	0,00	56.093.028,59

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

As contas correntes com códigos 999 significam que as mesmas precisam ser analisadas, pois não estão sendo utilizadas da forma adequada. O correto seria que todas as contabilizações estivessem identificadas através de registros (Inscrições tipo IM) criados pela Contabilidade. Dessa forma seria possível identificar uma obra, reforma ou melhoria que fora aplicada em cada imóvel da unidade.

A coordenação da contabilidade trabalha para minimizar essas possíveis diferenças e tentar aproximar as demonstrações contábeis à realidade da instituição.

Bens móveis

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos bens móveis no Campus. Relacionando os valores a débito (entradas), a crédito (saídas), saldo do mês anterior e saldo do mês atual. Esse relatório é encaminhado mensalmente a Coordenação de Patrimônio para análise e conciliação com o sistema de controle patrimonial, o SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), utilizado pelos diversos campi do IFPB.

O valor da conta depreciação de bens móveis 12.381.0100 não sofre alterações ao longo dos meses, pelo motivo que o sistema SUAP, em funcionamento no Instituto Federal da Paraíba – IFPB, ainda não efetua os cálculos de depreciação de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Mês Lançamento: MAR/2017
UG Executora: 158469:INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil		Saldo Anterior - R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$	Variação Mês Atual / Mês Anterior (%)
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	3.676.328,72	0,00	0,00	3.676.328,72	0,00%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	461.949,86	0,00	0,00	461.949,86	0,00%
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	3.674.706,81	0,00	0,00	3.674.706,81	0,00%
123110104	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	40.344,27	0,00	0,00	40.344,27	0,00%
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	601.843,61	0,00	0,00	601.843,61	0,00%
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIALIS	62.177,42	0,00	0,00	62.177,42	0,00%
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	761.943,79	0,00	0,00	761.943,79	0,00%
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	18.477,96	0,00	0,00	18.477,96	0,00%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.539.559,16	0,00	0,00	1.539.559,16	0,00%
123110112	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	3.675,00	0,00	0,00	3.675,00	0,00%
123110113	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSORIOS MARITIMOS	1.810,00	0,00	0,00	1.810,00	0,00%
123110120	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	20.663,81	0,00	0,00	20.663,81	0,00%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	47.513,23	0,00	0,00	47.513,23	0,00%
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.349.926,58	0,00	0,00	1.349.926,58	0,00%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.432.969,34	88.000,00	0,00	9.520.969,34	0,93%
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.301.516,89	777,76	0,00	1.302.294,65	0,06%
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	25.984,53	0,00	0,00	25.984,53	0,00%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	5.292.768,32	81.846,34	0,00	5.374.614,66	1,55%
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	1.083.535,19	0,00	0,00	1.083.535,19	0,00%
123110404	INSTRUMENTOS MUSICais E ARTISTICOS	323.773,92	0,00	0,00	323.773,92	0,00%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.479.539,36	3.652,10	0,00	1.483.191,46	0,25%
123110501	VEICULOS EM GERAL	59.535,81	0,00	0,00	59.535,81	0,00%
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	1.735.796,40	0,00	0,00	1.735.796,40	0,00%
123110900	ARMAMENTOS	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00%
123119905	BENS MOVEIS EM TRANSITO	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	261.443,17	0,00	0,00	261.443,17	0,00%
123810100	* = DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(469.912,01)	0,00	0,00	(469.912,01)	0,00%
123810200	* = DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(207.646,96)	0,00	0,00	(207.646,96)	0,00%
Total		32.580.224,19	174.276,20	0,00	32.754.500,39	-97,21%

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

A coluna Variação Mês atual / mês anterior apresenta uma variação horizontal no período, visa facilitar o controle das variações mensais. A coordenação da contabilidade trabalha para minimizar essas possíveis diferenças e tentar aproximar as demonstrações contábeis à realidade da instituição

Material de Consumo

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos materiais de almoxarifado no Campus João Pessoa, relacionando os valores a débito (entradas), a crédito (saídas), saldo do mês anterior e saldo do mês atual.

O sistema SUAP não emite relatório de saídas de materiais por consumo, dessa forma, a Coordenação de Contabilidade elaborou um formulário para que, mensalmente, a Coordenação de Almoxarifado passe a informar os valores referentes às saídas por consumo na instituição.

Mês Lançamento: MAR/2017
UG Executora: 158469:INST.FED.PARAIBA/CAMPUS JOAO PESSOA

Conta Contábil	Subitem	Saldo Anterior R\$	Valor Débito	Valor Crédito	Saldo Atual - R\$	Variação Mês Atual / Mês Anterior (%)
MATERIAIS DE CONSUMO EM TRANSITO	115511000	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%
= MATERIAIS DE CONSUMO	115610100	63 CODIGO INEXISTENTE NO SIAFI	600,00	275,00	275,00	600,00
	3 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES P/ OUTRAS FINALIDADES	804,54	0,00	0,00	804,54	0,00%
	1 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	138,99	0,00	0,00	138,99	0,00%
	42 FERRAMENTAS	42.834,82	0,00	0,00	42.834,82	0,00%
	7 GENEROS DE ALIMENTACAO	6.397,34	1.204,06	0,00	7.601,40	18,82%
	46 MATERIAL BIBLIOGRAFICO	295,00	0,00	0,00	295,00	0,00%
	19 MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	3.022,83	0,00	0,00	3.022,83	0,00%
	20 MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	1.746,04	0,00	0,00	1.746,04	0,00%
	21 MATERIAL DE COPA E COZINHA	47.108,25	0,00	0,00	47.108,25	0,00%
	16 MATERIAL DE EXPEDIENTE	160.061,32	8.970,39	0,00	169.031,71	5,56%
	22 MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	45.230,38	130,70	0,00	45.361,08	0,29%
	17 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	110.995,03	0,00	0,00	110.995,03	0,00%
	28 MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	4.036,09	0,00	0,00	4.036,09	0,00%
	44 MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	405,22	0,00	0,00	405,22	0,00%
	14 MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	13.619,02	0,00	0,00	13.619,02	0,00%
	26 MATERIAL ELETTRICO E ELETRONICO	152.750,72	0,00	0,00	152.750,72	0,00%
	5 MATERIAL FARMACOLOGICO	5.333,83	0,00	0,00	5.333,83	0,00%
	36 MATERIAL HOSPITALAR	7.337,49	440,35	0,00	7.777,84	6,00%
	35 MATERIAL LABORATORIAL	20.268,34	0,00	0,00	20.268,34	0,00%
	10 MATERIAL ODONTOLOGICO	6.196,65	10.282,19	0,00	16.478,84	165,93%
	29 MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	120,00	0,00	0,00	120,00	0,00%
	15 MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS	226,00	0,00	0,00	226,00	0,00%
	24 MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	189.924,73	2.800,00	0,00	192.724,73	1,47%
	25 MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	21.727,20	0,00	0,00	21.727,20	0,00%
	39 MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	1.999,00	0,00	0,00	1.999,00	0,00%
	43 MATERIAL P/ REabilitacao Profissional	475,60	0,00	0,00	475,60	0,00%
	41 MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	630,00	0,00	0,00	630,00	0,00%
	30 MATERIAL PARA COMUNICACOES	350,00	0,00	0,00	350,00	0,00%
	11 MATERIAL QUIMICO	5.794,38	0,00	0,00	5.794,38	0,00%
	58 SOBRESS.PARA MAQ.E EQP.PARA PRODU.INDUSTRIAL	94,50	0,00	0,00	94,50	0,00%
	Total	850.523,31	24.102,69	275,00	874.351,00	198,12%
= GENEROS ALIMENTICIOS	115610200	7 GENEROS DE ALIMENTACAO	2.220,46	0,00	2.220,46	0,00%
	Total	2.220,46	0,00	0,00	2.220,46	0,00%
= MATERIAIS DE TELECOMUNICACOES	115610400	17 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	0,00	0,00	-100,00%
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%
= AUTOPECAS	115610500	39 MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	0,00	0,00	0,00	-100,00%
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%
= MATERIAIS DE EXPEDIENTE	115610800	16 MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.292,40	0,00	1.292,40	0,00%
	Total	1.292,40	0,00	0,00	1.292,40	0,00%
ESTOQ MAT ACOND E EMBALAGEM - ARMAZENAMENTO	115810101	7-9 NAO SE APlica	640,00	0,00	640,00	0,00%
	Total	640,00	0,00	0,00	640,00	0,00%
MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE INTERNO	115810301	7-9 NAO SE APlica	0,00	1.600,00	1.600,00	-100,00%
	Total	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00	-100,00%
	Total	854.676,17	25.702,69	1.875,00	878.503,86	-201,88%

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

A coluna Variação Mês atual / mês anterior apresenta uma variação horizontal no período, visa facilitar o controle das variações mensais. Essa informação é remetida diariamente ao setor de almoxarifado, visando a conciliação entre os sistemas SIAFI e Suap.

As contas contábeis que apresentam saldo com grandes variações, significa que as mesmas precisam ser analisadas, pois não estão sendo utilizadas da forma adequada. A coordenação da contabilidade

trabalha para minimizar essas possíveis diferenças e tentar aproximar as demonstrações contábeis à realidade da instituição.

Contratos

Apresenta a relação de contas contábeis de controle dos contratos em execução no Campus João Pessoa. Nessas contas observamos a movimentação dos contratos em vigor no Campus.

Observa-se, ainda, indícios de existência de contratos encerrados e que constam nessa relação como vigentes, assim como podemos observar a ausência de contratos que estão em execução e não constam nos registros contábeis.

Ressaltamos que o registro dos contratos, assim como a falta dele, já foi objeto de análise pela Auditoria Interna do IFPB e recentemente, questionada no relatório de Gestão que fora apresentado ao TCU – Tribunal de Contas da União. E que mensalmente a Coordenação da Contabilidade aponta na Conformidade Contábil essa inconsistência

Mês Lançamento: MAR/2017

Conta Corrente	Conta Contábil	812310201		812310301		812310401		Total
		= CONTRATOS DE SERVIÇOS EM EXECUÇÃO	= CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO	= CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO	= CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO	= CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO	= CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO	
00448994000103	CLASSIC VIAGENS E TURISMO - EIRELI -	15.734,75						15.734,75
00903429000199	WORLD TELECOM LTDA - EPP	929.774,75						1.216.088,15
01832814000155	NORDIGAS NORDESTE REPRESENTAÇÕES							7.266,00
01976714000100	JEAN CARLÓ SILVA DE MELO - ME	55.296,96						55.296,96
02567270000104	CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MAO	14.419,04						14.419,04
03506307000157	TICKET SOLUÇÕES HDFT S/A	31.322,85						31.322,85
04285337000143	SERVLIMP SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA -	72,00						72,00
05928203000166	OMEGATI COMÉRCIO DE INFORMATICA	245.353,70						295.328,11
06982630000195	SALMOS COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E		191.368,03					191.368,03
07395989000129	AGCLEAN LOCACAO DE MAO DE OBRA E		66.589,56					66.589,56
07442731000136	JMT SERVIÇOS DE LOCACAO DE MAO DE	6.782,68	39.789,38					46.572,06
07739716000154	LUBECLEAN DISTRIBUIDORA E	3.231,52						3.231,52
07990965000118	AGAPE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	1.000.000,00						1.000.000,00
09266128000176	SOS GAS LTDA - ME						1.390,72	1.390,72
09634753000123	LOTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS			1.653.507,67				1.653.507,67
09648230000136	COMÉRCIAL BOTINO COMÉRCIO E					200.000,00		200.000,00
10339944000141	ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI	1.094.075,25						1.094.075,25
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	44.746,64						44.746,64
11734088000191	JGS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES	172.112,35						172.112,35
12209832000100	JETTA CONSTRUTORA E CONSULTORIA	177.568,62						177.568,62
13000118000179	TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM	192.038,95						192.038,95
14028316001932	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E	169,18						169,18
Total		3.982.699,24	2.001.229,05			614.171,59		6.598.099,88

Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

O fato foi
apontado na
declaração do
Contador nos
exercícios de
2015 e 2016.

Restos a pagar

Ao final de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas (despesas empenhadas a liquidar) serão inscritas em restos a pagar. Os restos a pagar se classificam em dois tipos: os processados e os não processados. Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Abaixo relacionamos, respectivamente os artigos 36 da Lei 4.320/64 e o artigo 35 do Decreto 93.872/86 que fazem referência a inscrição, utilização e impactos dos restos a pagar.

"Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas."

"Art . 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;

II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;

IV - corresponder a compromissos assumido no exterior."

Já o artigo 27, do Decreto 93.872/86, deixa claro que se deve evitar a “fabricação de restos a pagar”, que são aqueles empenhos superestimados que ultrapassaram o exercício.

"Art . 27. As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada."

Por sua vez o TCU – Tribunal de Contas da União, nos Acórdãos TCU – 2659/2009, 775-2012, e mais recente no Acórdão 1338/2014 – TCU, adverte para a inscrição em restos a pagar não processados sem a observância das exceções previstas artigo 35 do Decreto 93.872/86.

Neste último, o Acórdão 1338/2014 – TCU, também traz recomendações quanto às exigências como a declaração do Contador, emitida sempre ao final do exercício, e maiores cuidados com inscrições em RAP (Restos a Pagar) são algumas dentre várias mudanças que vieram com a nova contabilidade pública. Uma outra mudança, também, de suma importância, será o reconhecimento dos passivos e a exigência de dotações orçamentárias para passivos contingentes.

"Passivos contingentes é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade"
(MCASP 7^a ed.)

*O efeito é
como se
existisse
um
"orçamento
paralelo"*

Como é sabido, o orçamento é uma peça anual, onde se fixa as despesas e se prevê as receitas para um determinado exercício. Com a previsão das receitas, a União terá que no exercício em curso, arrecadar as receitas que serão necessárias para o cumprimento das despesas que foram fixadas para o exercício. Então, a passagem de despesas inscritas em RAP – Restos a pagar, de um exercício para o outro, impacta diretamente no fluxo de caixa da instituição, visto que os recursos financeiros arrecadados e que serão repassadas as unidades gestoras, deverão ser suficientes para pagar as despesas do exercício e as despesas de inscritas em restos a pagar (RAP). O efeito é como se existisse um "orçamento paralelo".

Na prática, se todos os fornecedores resolvessem entregar tudo que está empenhado a liquidar (**RAP + despesas empenhadas a liquidar**), a instituição não teria caixa, recursos financeiros, suficientes para arcar com os compromissos de curto prazo, isso implica dizer que o ente não teria liquidez em curto prazo. A prática de "exagerar" nos restos a pagar é criticada pelos órgãos de controle.

Baseado na exposição legal, e visando minimizar os impactos causados no fluxo financeiro da instituição, traremos nesse relatório um acompanhamento da execução dos restos a pagar e um acompanhamento mais próximo, das despesas empenhadas a liquidar, que poderão ser inscritas em restos a pagar caso não seja prestado o serviço ou recebido o material.

Esse acompanhamento é preventivo e visa apenas, apresentar para o Gestor uma visão pontual da execução orçamentária da instituição, fornecendo informações para a tomada de decisões.

Para facilitar a interpretação dos dados, a Coordenação da Contabilidade desenvolveu 3 (três) indicadores para acompanhar a gestão dos Restos a Pagar no Campus João Pessoa. Os indicadores são do tipo *Quanto Maior Pior*.

a) Previsão de Restos a Pagar não Processados:

$$\text{Fórmula: } = \frac{\text{Despesas empenhadas a Liquidar}}{\text{Provisão Recebida}}$$

Representa o percentual do orçamento do exercício, que está empenhado a liquidar, com relação ao orçamento anual recebido (provisão recebida), que poderá virar restos a pagar, pela falta da entrega do material ou pela falta da prestação do serviço.

Estabelecemos como meta para esse indicador o valor 0% (zero), para que possamos perseguir o que regulamenta o artigo 35 do Decreto 93.872/86.

Podemos observar que **5%** de tudo que está empenhado poderá se transformar em restos a pagar ao final do exercício, se os bens, materiais ou serviços não forem entregues/fornecidos.

O valor apresentado considera todos os empenhos que estão a liquidar, em todas as ações e programas vigentes no Campus João Pessoa, estão inclusos nesse valor os empenhos de contratos continuados (fornecimento de água, energia elétrica, segurança, limpeza e assistência estudantil).

b) Comprometimento do Recurso Financeiro

$$\text{Fórmula: } = \frac{\text{Restos a Pagar}}{\text{Restos a Pagar} + \text{Empenhos a Liquidar}}$$

Representa o percentual de restos a pagar, sobre tudo o que se tem a pagar no exercício.

Para se ter um parâmetro, estabelecemos como meta a ser perseguida um percentual de 20% e sugerimos à Gestão que elaborasse um plano de ação visando reduzir o saldo de restos a pagar, principalmente os que estão em desacordo com artigo 35 do Decreto 93.872/86.

No gráfico, observamos que aproximadamente **98%** de tudo que a instituição tem a pagar a curto prazo, refere-se a despesas de exercícios anteriores. Ou seja, dos recursos financeiros recebidos pelo campus a cada R\$1,00 recebido, R\$0,98 centavos estão destinados a pagamento de despesas de anos anteriores.

O acúmulo de Restos a Pagar, por muitas vezes, dar-se-á pela manutenção de empenhos referentes a solicitações efetuadas nos Programas de Trabalho Anual – PTA do exercício ou de anos anteriores. Isso acontece porque o interessado pelo produto ou serviço não acompanha o processo de aquisição junto ao fornecedor.

c) Impactos para o Orçamento de exercícios futuros

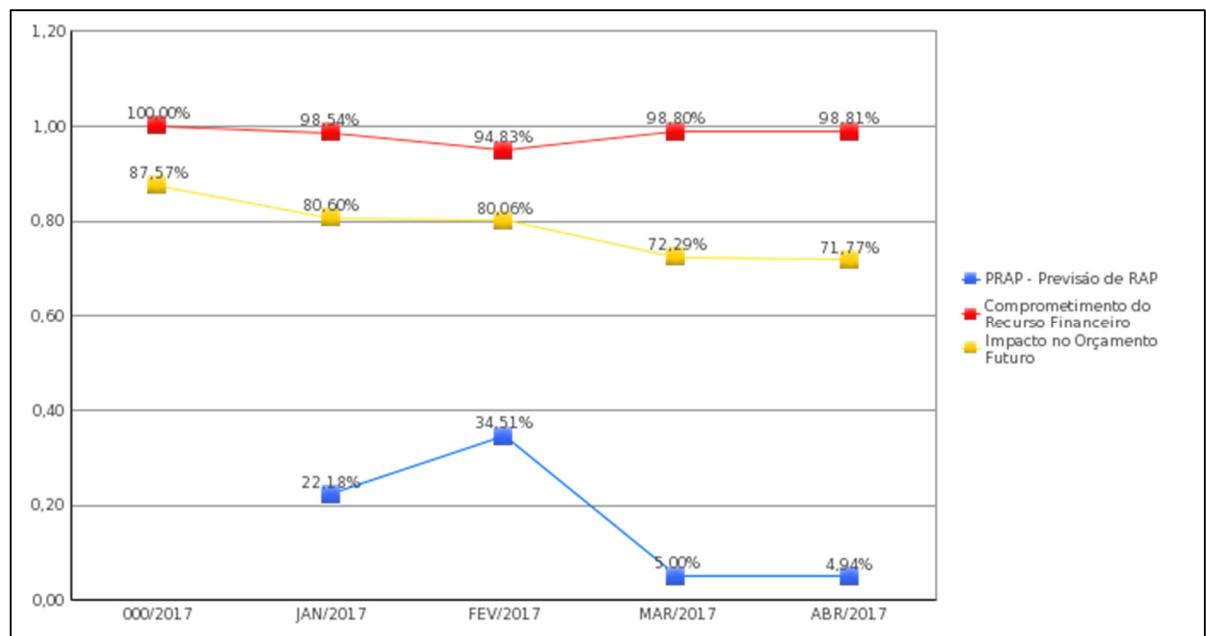
Fórmula: = $\frac{\text{Despesas empenhas a Liquidar} + \text{Restos a Pagar}}{\text{Orçamento do Exercício Seguinte}}$

Representa o percentual de tudo que tem a pagar (restos a pagar e despesas empenhadas a liquidar) sobre o total do orçamento para o exercício seguinte. Demostrando quanto do orçamento seguinte será comprometido com despesas de exercícios anteriores caso o exercício terminasse hoje.

O efeito do acúmulo de restos a pagar se transforma em uma “bola de neve”, trazendo impactos para mais de um exercício. No gráfico a seguir, podemos observar que do valor previsto para o exercício de 2018, **72% do fluxo financeiro já será comprometido com os restos a pagar**. (Orçamento estimado para o exercício de 2018)

Para essa análise ainda não foi levado em consideração os cortes divulgados pelo Ministério da Educação, estamos aguardando a divulgação da nova matriz orçamentária para recalcular esse impacto.

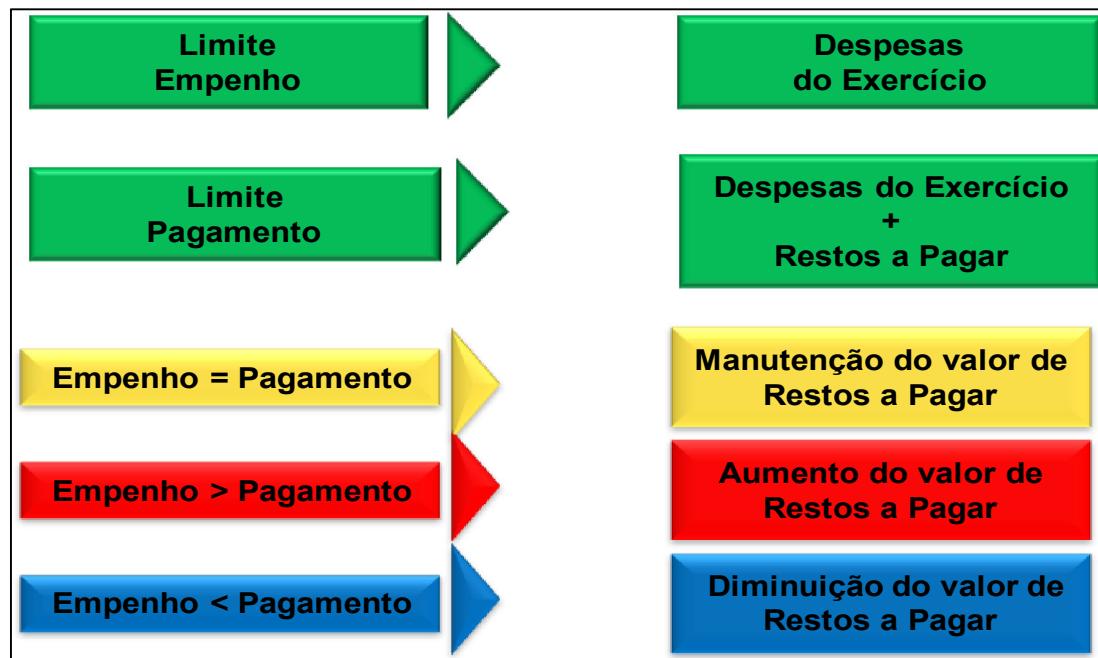
“a cada R\$1,00
recebido,
R\$0,98
centavos estão
destinados a
pagamento de
despesas de
anos
anteriores”.



Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

A ilustração a seguir mostra através das cores (verde, amarelo, vermelho e azul) a relação ideal entre a situação financeira e a orçamentária em uma instituição pública, sinalizando para o Gestor qual a forma mais prudente de se trabalhar com eficiência e eficácia.

A prática de “exagerar” nos restos a pagar é criticada pelos órgãos de controle.



Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques.

Diárias

Apresentamos abaixo todos os gastos com diárias efetuados pelo Campus João Pessoa, até o encerramento do exercício de 2016. Não entram nessa relação os valores devidos de diárias que ainda não foram pagos por falta de recursos financeiros. Os valores estão acumulados e estão inclusos os gastos com diárias nacionais, internacionais e gastos com colaboradores eventuais, e estão apresentadas por tipo de gasto.

As Diárias Capacitação: é quando os técnicos ou docentes viajam a interesse da Administração para se capacitarem, participando de cursos, fóruns, palestras ou etc.

Diárias para técnicos ou docentes: é quando os técnicos ou docentes viajam a serviço da Administração, representando a instituição em reuniões ou outros trabalhos inerentes a Administração que não seja capacitação.

Diárias Colaborador Eventual: é quando um terceiro, servidor de outro órgão federal, vem a nossa instituição a trabalho por um convite feito pelo IFPB.

Finalidade da Diária	Valores Pagos
CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA DOCENTES	4.526,45
CONCESSÃO DE DIÁRIAS CAPAC. TÉCNICO-ADM	4.299,09
CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA TÉCNICO-ADM.	3.967,66
DESPESAS COM COLABORADOR EVENTUAL	2.306,90
CONCESSÃO DE DIÁRIAS CAPACIT. DOCENTES	200,60
Total	15.300,70

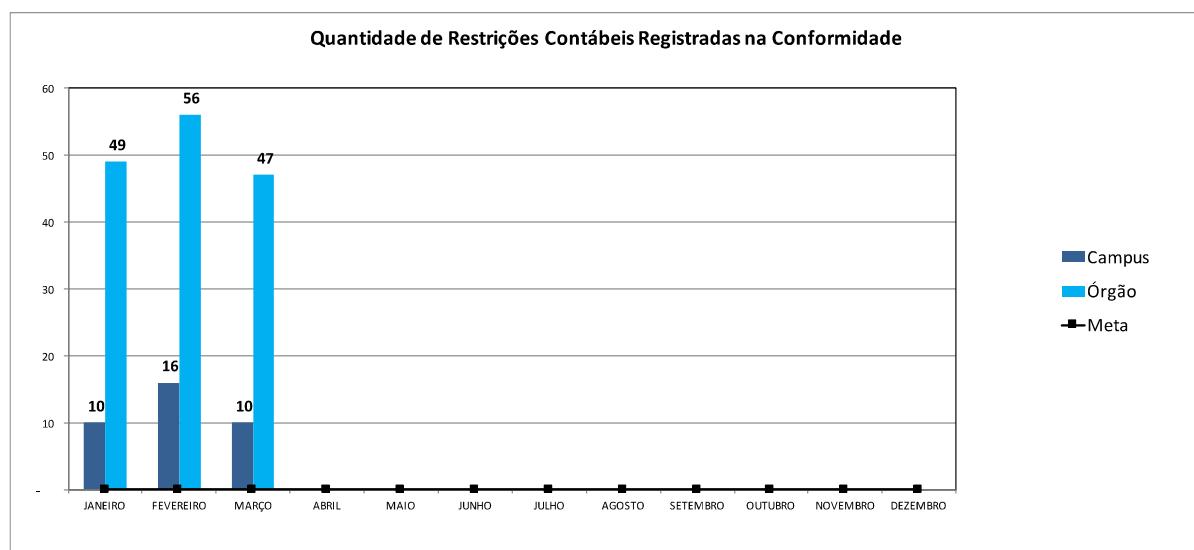
Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do Tesouro Gerencial.

Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil tem a finalidade de certificar os Demonstrativos Contábeis, cujas informações são objeto de aferição, pelo Contador da UJ– Unidade Jurisdicionada. Com a exigência da “Declaração do Contador”, tratada na Portaria TCU 150/2012 e no Acordão 1338/2014 – Plenário, que visa garantir com razoável segurança que a situação patrimonial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades federais a que estão vinculadas estejam dentro dos padrões das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e retratando a realidade da instituição. Como por exemplo a efetiva aplicação do que está disposto no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de provisões e passivos contingentes.

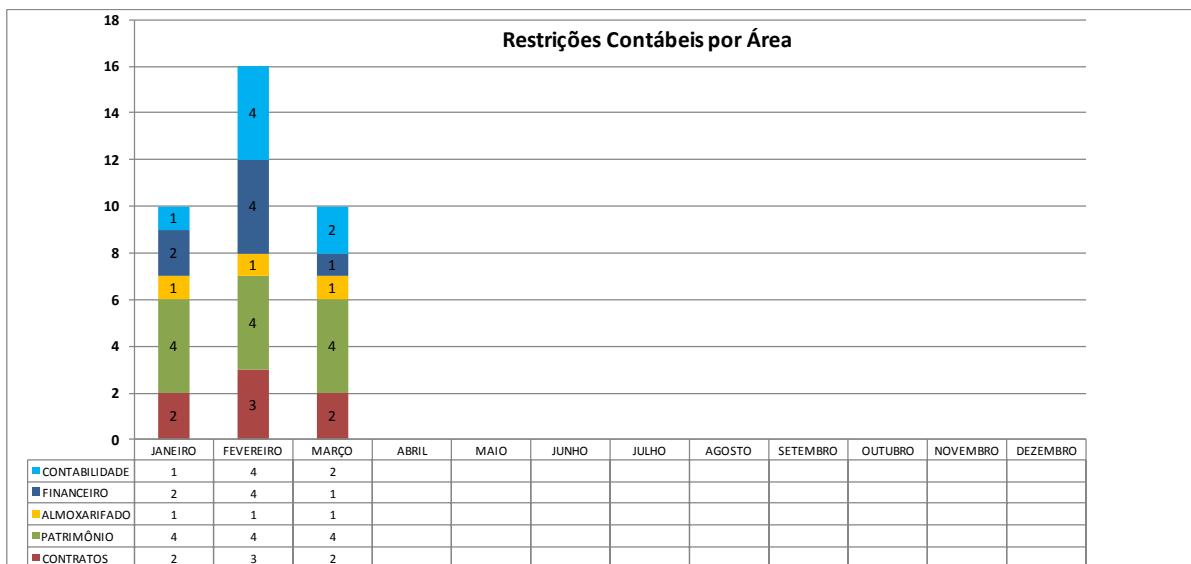
A Conformidade Contábil registrada no SIAFI é objeto de consulta e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo, as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no processo de contas anual.

O ordenador de despesas deve, mensalmente, consultar a Conformidade Contábil no SIAFI, na transação >CONCONFCON, das UG's sob sua responsabilidade, a fim de providenciar a solução junto às áreas envolvidas, das ocorrências apontadas.



No gráfico abaixo podemos observar a relação de restrições contábeis ocorridas na unidade com relação ao total de restrições registradas pelo órgão. Ressaltamos que nos meses em que a conformidade contábil não foi registrada pelo órgão, atribuímos o valor do mês anterior e destacamos

com a legenda (*SC – Sem conformidade*). A falta do registro contábil pelo órgão setorial gera uma restrição no órgão central, que deverá apontar o fato na conformidade daquele órgão.



Quadro elaborado pelo Contador Kleber Marques com base nas informações do SIAFI

As áreas envolvidas nas inconsistências contábeis, que estão causando essas restrições, recebem diariamente relatórios por e-mail para que possam acompanhar e analisar os fatos que impactam nas suas respectivas áreas. Porém, percebemos que ao longo desse acompanhamento algumas restrições se mantêm permanentes em determinadas áreas e não há ações, por parte dessas áreas, para tentar reduzir ou solucionar os problemas apontados.

Declaração do Contador

Objetivo Específico: Evidenciar a responsabilidade do Contador responsável quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis das unidades jurisdicionadas (UJ).

Estrutura de Informação: A Declaração poderá ser elaborada de duas (2) formas distintas, de acordo com o julgamento do Contador: Declaração Plena e Declaração Com Ressalvas.

A primeira, quando as demonstrações contábeis refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ – Unidade Jurisdicionada que apresenta o relatório de gestão e estão de acordo com os princípios e as normas brasileiras de contabilidade; a segunda, quando houver circunstâncias que, na opinião do contador, impeçam a emissão da declaração plena.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal cujos registros contáveis são feitos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O conteúdo completo da Declaração do Contador está disponível para sociedade no portal RCGP – Relatórios Contábeis de Propósito Geral, no respectivo exercício.

Acesse aqui a declaração do Contador do Exercício 2016



Quem é Quem na Gestão do Campus

DIRETOR GERAL

Neilor Cesar dos Santos

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Maria Cleidenédia de Moraes Oliveira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Josué Santos Silva

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Josivan Couras Bezerra Silva

COORDENAÇÃO DA CONTABILIDADE

Kleber C. Marques Neto

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E EFICIÊNCIA DO GASTO

Nilma Maria Fernandes

COORDENAÇÃO DE DIÁRIAS

Tarciana Mirela

Informações de Contato

IFPB – Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa

Av. Primeiro de Maio, 720. Jaguaribe, João Pessoa – Cep. PB 58015-435

Tel 83 3612.1200

www.ifpb.edu.br/joaopessoa

<http://bit.ly/RCPG-IFPB>

Kleber Marques
Contador Público

Luciano Oliveira
Contador Público

IFPB - Instituto Federal de Educação da Paraíba

Contabilidade.Jpa@ifpb.edu.br

(83) 3612.1234 | (83) 3612.1233 | (83) 3612.1255



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraíba

Campus
João Pessoa

Arte da Capa: Lays Amaro

IFPB – Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa

Tel 83 3612.1200

Av. Primeiro de Maio, 720. Jaguaribe, João
Pessoa – Cep. PB 58015-435

www.ifpb.edu.br/joaopesso
Contabilidade.Jpa@ifpb.edu.br

Base Legal

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - Seção II - DOS ORÇAMENTOS, Artigos 165 a 169.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 7º Edição.

MTO 2017 – Manual Técnico do Orçamento.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm (Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.3.1964, retificação no DOU de 9.4.64 - 5.5.64 e 3.6.64) Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm

Lei de Responsabilidade Fiscal - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10180.htm

Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 93.872, de 23 dezembro de 1986.

Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

Manual SIAFI WEB

O Manual SIAFI é um documento que registra, de forma estruturada e sistemática, as normas e procedimentos operacionais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI, do ponto de vista do usuário.

NBC TSP Estrutura Conceitual

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual) estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público. Além disso, tais conceitos são aplicáveis à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).

Acesse outros RCPGs de 2016.

